

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO: PROPOSTA DE ABORDAGEM TRANSVERSAL NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Tiago Soares Vieira; Ana Maria Carneiro Almeida Diniz; Flávia Meira dos Santos; Ramires Vieira Gomes; Jaiana Cristina Gomes de Resende; Elias Linhares de Melo; Eliene Alves Fernandes.

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/Campus IV. thyagosoares07@hotmail.com;
ana_diniz_4@hotmail.com; flaviameira_@hotmail.com; ramiresvieirabc@gmail.com;
jaianacristina26@gmail.com; elias_linhares@hotmail.com; ajlnalves@hotmail.com.

Resumo: Grande parte dos teóricos que abordam questões educacionais, bem como os principais documentos norteadores do ensino designam à escola o papel de desenvolver nos discentes não apenas o seu lado intelectual, mas também o senso crítico, trabalhando temas transversais que vão além do conhecimento científico, como orientam os PCN's (BRASIL, 1998). Tendo em vista esse pressuposto e a relevância da abordagem transversal em Língua Portuguesa, o presente estudo buscou observar a importância de se trabalhar em sala de aula com o tema patrimônios, buscando desenvolver nos discentes sua visão crítica/reflexiva acerca da preservação dos mesmos, em especial do escolar. Apresentando experiências vivenciadas em sala de aula e realizando uma revisão bibliográfica, tendo por base VIANA (2009) que em sua dissertação para o mestrado apresentou uma análise acerca do processo de ensino/aprendizagem na abordagem dos patrimônios e as autoras SANTOS & VIEIRA (2013), as mesmas apresentam reflexões acerca da abordagem do tema preservação do Patrimônio escolar. Os relatos de experiência são referentes a aplicação do projeto **PIBID 2016.2 Educação e Patrimônio: O papel do aluno na preservação da escola**, desenvolvido na escola Estadual Cidadã Integral Obdúlia Dantas situada na cidade de Catolé do Rocha interior da Paraíba. A partir dos estudos realizados e das experiências vivenciadas tornou-se perceptível que trabalhar a presente temática em sala de aula constitui-se algo relevante, visto que, mesmo tendo alguma consciência acerca da importância da preservação patrimonial, os discentes necessitam de uma maior conscientização, oportunizando o aperfeiçoamento da capacidade crítico/reflexiva dos mesmos, promovendo, assim, o exercício de sua cidadania de forma ativa tendo consciência de alguns dos seus direitos e deveres.

Palavras – Chave: Transversalidade; ensino; preservação; patrimônio.

INTRODUÇÃO

A tarefa de ensinar, em uma visão atual, não se limita ao ato de “passar/transmitir” conhecimentos, mas a uma “produção/construção” do mesmo, abordando não apenas os conteúdos científicos, mas também aqueles que estão interligados ao desenvolvimento crítico dos indivíduos (transversalidade), tendo em vista isso, podemos afirmar que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2003, p. 47).

É partindo dessa afirmação que se torna perceptível o quanto ultrapassado são os

métodos “tradicionalis” de decodificação e/ou reprodução de conceitos e o quanto a escola deve, hoje, voltar-se para o desenvolvimento social-crítico dos discentes, desempenhando, portanto, o papel de instituição formadora, cujo dever é “preparar o cidadão para o exercício pleno da cidadania vivendo como profissional e cidadão” (TORRES, 2009).

Tendo em vista esses aspetos, torna-se relevante afirmarmos o quanto importante é abordar o tema patrimônios promovendo a conscientização dos discentes a respeito da preservação dos mesmos, visto que, em suas diversas instâncias e tipos, os patrimônios são de fundamental importância para a nossa constituição enquanto seres racionais repletos de memórias (histórico), culturas (cultural) e necessidades (público).

É partindo desses pressupostos que o presente estudo realiza reflexões acerca dessa abordagem, objetivando mostrar as implicações que isso pode causar na formação educacional dos discentes visando sua construção crítica e pensamento voltado a preservação dos tipos de patrimônios apresentados, dando ênfase aos públicos, em especial, o escolar.

Para elaboração do artigo realizamos uma revisão bibliográfica fundamentada nos periódicos de VIANA (2013) que apresenta reflexões a respeito do processo de ensino/aprendizagem voltado a abordagem do tema aqui exposto e em SANTOS & VIEIRA (2013), as mesmas apresentam pressuposto teórico sobre a abordagem do tema patrimônios quanto ao desenvolvimento do senso crítico discente para preservação do escolar, e, em seguida apresentamos um relato de experiências adquiridas por meio da aplicação do projeto **PIBID 2016.2, Educação e Patrimônio: O papel do aluno na preservação da escola.**

2. PATRIMÔNIOS: CONCEPÇÕES CONCEITUAIS/METODOLÓGICAS

2.1 CONCEITUANDO PATRIMÔNIO

Antes de adentrarmos a argumentações mais profundas, torna-se relevante abordar a conceituação da palavra patrimônio, quanto a isso, pode-se afirmar que ao lermos essa palavra, os primeiros elementos que vem a nossa mente são: “um prédio antigo, um museu, uma casa de cultura, objetos preservados, manifestações culturais – no sentido mais tradicional, em fim, aquilo que tem valor cultural instituído”. (VIANA, 2009, p. 16)

Ou seja, partindo disso e das concepções do autor supracitado, a noção de patrimônio que temos nos remete a bens materiais pessoais/impessoais, elementos, construções e monumentos históricos de grande valor cultural a serem preservados pelos sujeitos sociais.

Entretanto, esse conceito é mais profundo, vai além do sentido literal da palavra e conhecimento que apresentamos acerca do presente verbete, para elaboração dessa conceituação utilizamos, como base, as argumentações de VIANA (2009). Com isso, podemos afirmar que:

Assim como existe uma tensão entre o tradicional e o novo em diferentes campos do conhecimento, o mesmo acontece com o patrimônio, que é marcado por rupturas e continuidades [...] A ideia de patrimônio se desenvolveu ao longo da história com a ideia de propriedade privada, de riqueza material de uma nação. Desde a Revolução Francesa esta concepção se estende a propriedades privadas e nacional, na tentativa de salvar os vestígios do passado ameaçados de destruição. Da mesma época até a atualidade o patrimônio ainda vem sendo associado à herança artística e monumental, na qual a população poderia se reconhecer num “formato de Estado-Nação”. (VIANA, 2009, p. 17)

Se nos detivermos a essa argumentação inicial, entenderemos patrimônio como algo construído pelas elites com o objetivo de tentar resgatar culturas, seja, monumentos, museus, documentos, entre outros, entretanto, a definição de patrimônios vai além de elementos materiais/tangíveis construídos por mãos humanas, visto que para o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) os patrimônios também podem ser imaterial/intangível, esses, condizem aos saberes e formas de expressão não materiais construídos ao longo dos tempos e que são de fundamental importância para nossa constituição, por isso necessitam ser preservados. Além disso, destacamos que os patrimônios podem ser divididos por tipos, desse modo, ressaltamos aqui três deles, sendo esses, o histórico, o cultural e o público.

2.1.1 Patrimônio Histórico

Condiz a bens moveis/imóveis, materiais/imateriais de grande valor memorial para determinado individuo ou povo, bens esses que podem está diretamente atrelados a seus desenvolvimentos e avanços, portanto, os prédios antigos, museus, sítios arqueológicos, monumentos, entre outros, são denominados históricos, posto que representam nossas memórias, nosso passado e nosso crescimento.

Além disso, vale destacar que o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio histórico “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”

2.1.2 Patrimônio Cultural

Esse tipo de patrimônio abrange desde construções de valor histórico/cultural a manifestações mais corriqueiras, seja costumes, comidas típicas, fazeres, danças, dentre outros, além disso, vale frisar que a constituição brasileira em seu artigo 216 ao falar dessa temática, afirma:

Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, art. 216, seção II).

Partindo disso, percebemos que a definição de patrimônio cultural diz respeito a elementos materiais/imateriais que cumprem função enquanto formadores culturais de povos e, portanto, necessitam ser valorizados e preservados, visto que são essenciais no descobrimento de nossa identidade enquanto seres sociais e participantes de uma cultura.

2.1.3 Patrimônio Público

Esse tipo de patrimônio está relacionado a todos os bens e direitos pertencentes a toda população, ou seja, os hospitais, praças, ruas, rios, dentre outros, se partirmos da concepção de Garcia (2006) perceberemos que:

A Lei da Ação Popular (Lei 4.717, de 29.6.65) define patrimônio público, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, como o conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, pertencentes aos entes da administração pública direta e indireta. Segundo a definição da lei, o que caracteriza o patrimônio público é o fato de pertencer ele a um ente público – a União, um Estado, um Município, uma autarquia ou uma empresa pública, por exemplo.

Conforme o exposto, o patrimônio público seria os bens regidos por entidades públicas, seja a união, os estados, municípios ou até autarquias e empresas, entretanto, se

partirmos para uma visão mais ampla, podemos entendê-lo como algo que:

[...] abrange não só os bens materiais e imateriais pertencentes às entidades da administração pública (os bens públicos referidos pelo Código Civil, como imóveis, os móveis, o erário, a imagem, etc.), mas também aqueles bens materiais e imateriais que pertencem a todos, de uma maneira geral (GARCIA, 2006)

Com isso, concluímos essa seção de conceituação acerca do tema abordado, afirmando o quanto é importante se conhecer esses conceitos outrora apresentados, bem como ensiná-los em sala de aula, sendo assim, apresentamos a seguir alguns pressupostos teóricos sobre o ensino do tema patrimônios.

2.2 METODOLOGIA

De início, faz-se necessário revisarmos alguns argumentos já destacados em outros momentos deste escrito, ressaltando que a escola, além de trabalhar os conteúdos científicos, também deve desenvolver atividades que levem os discentes a pensarem sobre os diversos problemas sociais que vemos e os criticá-los, ou seja, em outras palavras pode – se afirmar que:

Em nossa sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidade da Educação Básica, tem como função social formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo. Para isso, é indispensável socializar o saber sistematizado, historicamente acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que esse saber seja criticamente apropriado pelos estudantes, que já trazem consigo o saber popular, o saber da comunidade em que vivem e atuam. (PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTOS DOS CONSELHOS ESCOLARES, 2004, p. 19-20)

Partindo disso, acreditamos que tenha ficado claro que defendemos aqui uma abordagem de ensino científica e transversal. Apresentamos essa visão, tendo em vista os argumentos já expostos acerca da função social da escola e por compreendermos e concordarmos com a abordagem dos seis temas transversais propostos pelos PCN`s (BRASIL, 1998) em sala de aula, não só nas aulas de Língua Portuguesa, mas nas diversas disciplinas instituídas como obrigatórias na educação brasileira.

Portanto, defendemos o tratamento do tema patrimônios em sala de aula de forma que promova a conscientização dos discentes para preservação e cuidado para com esses bens, visto que, apesar de não está exposto nos PCN`s (BRASIL, 1998) como um dos temas

transversais, abarca alguns deles, ética e pluralidade cultural, por exemplo, entretanto, pretende-se dar ênfase, nesse estudo, a abordagem desse tema voltado a conscientização para preservação do patrimônio escolar, partindo das concepções de SANTOS & VIEIRA (2013).

O patrimônio escolar é o retrato/identidade da escola e, portanto, condiz aos bens móveis e imóveis que compõe seu espaço, ou seja, suas instalações físicas, materiais usados, mobiliário, equipamentos, documentos, dentre outros, no entanto, vale frisar que para MARTINS (2001, p. 15).

O patrimônio da escola não é constituído apenas pelos recursos materiais, a infra-estrutura, os equipamentos etc. Ele tem ainda uma dimensão imaterial, que pode ser percebida nos símbolos da escola, em sua memória, em sua história. Gerir o patrimônio escolar significa não apenas conservar o que se vê como, também, o que ele representa na vida da comunidade escolar e dos que a cercam.

Sendo assim, o mesmo não se limita apenas aos elementos materiais que se vê, mas vai além disso, representa também os imateriais, aqueles que são abstratos mais que estão interligados a escola e sua função social, todos os ensinamentos obtidos, costumes adquiridos e outros aspectos que fazem parte da vida dos indivíduos que a compõe, constituem-se seus elementos patrimoniais, portanto, deve-se incentivar a preservação dos elementos tanto materiais quanto imateriais, tendo em vista que a qualidade da escola estará voltada a seu estado de conservação e preservação, que devem ser praticados pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem (professor e aluno) bem como os indivíduos em âmbito social ligados a escola.

Aos professores, cabe também o papel de tentar promover a conscientização desses indivíduos que devem está envolvidos no espírito de preservação, seja ministrando ensinamentos em suas aulas, realizando palestras ou até, em conjunto com outros professores, elaborando projetos que envolvam a escola em um âmbito mais geral. Quanto a conscientização, podemos afirmar, de acordo com Pinheiro (2011), que:

a conscientização é uma das maneiras de se preservar o patrimônio escolar, buscando como se dá a degradação e a preservação do espaço público da escola e refletir sobre suas consequências propondo ações coletivas e individuais para preservar esse Patrimônio Escolar. Somos sabedores que essa ideia de conservação não se limita somente ao espaço escolar, mas acreditamos que é da Escola que surgem os cidadãos que convivem em sociedade e se respeitam, preparando-se para um mundo mais humano e solidário

Dessa forma, torna-se notável a importância de promover a conscientização acerca da preservação dos patrimônios, em especial o escolar, tendo em vista seu papel na construção de nossa identidade, cultural, histórica e científica. Foi tendo por base esses pressupostos que desenvolvemos o projeto **PIBID 2016.2, Educação e Patrimônio: O papel na preservação da escola**. As descrições do presente projeto serão apresentadas a seguir.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIAS

O projeto **PIBID 2016.2. Educação e Patrimônio: O papel do aluno na preservação da escola**, foi desenvolvido em uma turma do 2º Ano Médio da Escola Estadual Cidadã Integral Obdúlia Dantas, situada na cidade de Catolé do Rocha, interior da Paraíba. Decidimos elaborar o presente projeto tendo em vista as concepções teóricas apresentadas anteriormente acerca do papel social da escola, da importância do ensino transversal bem como preservação dos patrimônios, outro motivo, não menos especial, foi o fato da escola ser recém-reformada e, portanto, trabalhar tal temática, além de relevante, tornava-se algo coerente com o contexto vivenciado.

Durante a aplicação do projeto que ocuparam 24 (vinte e quatro) das aulas semestrais de Língua Portuguesa, objetivamos ampliar o conhecimento dos alunos acerca do tema patrimônios e seus tipos, além de desenvolver sua criticidade quanto a preservação dos mesmos em especial de sua escola.

Buscamos trabalhar o tema atrelando-o aos eixos de LP, Escrita e Leitura, tendo em vista que abordamos a peça de Ariano Suassuna “*O auto da compadecida*”, bem como oportunizamos aos discentes a produção de textos utilizando o gênero textual “campanha publicitária”.

Optamos por trabalhar com o gênero textual Campanha Publicitária por dois motivos, primeiro, a importância de levar os alunos a entrarem em contato e a produzirem Gêneros textuais, visto que, maioria das vezes os educandos são oportunizados a escreverem apenas textos dissertativo-argumentativos e como orientam os PCN’s (BRASIL, 1998, p. 26) “Cabe [...]a escola viabilizar o acesso ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los”. Além de prestigiar esse aspecto social-relevante do presente gênero, optamos por abordá-lo (segundo motivo) por apresentar como uma de suas características fundamentais – dependendo de com que propósito o produz - a persuasão e conscientização, que, como já relatado no tópico 2.0, é um elemento imprescindível para propagação do espírito preservacionista.

Quando a peça **O Auto da Compadecida**, utilizamos a mesma buscando estabelecer uma coerência com a temática abordada, visto que, a presente obra apresenta-se como um patrimônio cultural de nosso povo, pois além de expor de forma humorística a nossa cultura, o autor, Ariano Suassuna, faz diversas críticas as ideologias sociais de nosso contexto.

Além disso, faz-se necessário relatar algumas das atividades praticadas no projeto, primeiramente, citamos que foram realizadas aulas expositivo-dialogadas conceituando patrimônios, especificando seus tipos e importância da preservação dos mesmos, além disso, realizamos, utilizando apresentação em power point, discussões acerca da Cidade de Catolé do Rocha apresentando sua história e principais patrimônios históricos, culturais e públicos.

A respeito da produção das campanhas publicitárias vale destacar que dividiram-se em duas etapas, primeiro, com escrita de um texto publicitário, em segundo, produção de cartazes, vídeos ou outro meio de publicidade, que foi exposta para a escola visando a conscientização dos demais alunos. Quanto a abordagem do livro **O auto da Compadecida**, iniciou-se com a apresentação da obra na biblioteca da escola, seguindo com uma exibição do filme e, por fim, realizando uma leitura performática da mesma, mais especificamente do trecho contendo o julgamento.

Os resultados obtidos por meio do projeto foram positivos, visto que ao final percebemos nos discentes um maior interesse em praticar pequenas atitudes simples e diárias que estivessem atreladas a preservação do espaço escolar, dentre essas atitudes podemos citar, jogar o lixo no lixo, não riscar paredes, mesas, carteiras, não bater a porta da sala com força, dentre outras.

Além disso, Percebemos a partir da aplicação de questionários e andamento das atividades que os discentes compreenderam a definição de patrimônio e passaram a perceber o quanto é importante preservar os mesmo, visto que grande maioria das respostas aos questionários se mostraram positivas em nossa análise, pois além de defender a valorização e preservação dos patrimônios atribuíam aos mesmos grande parcela de contribuição para seu desenvolvimento enquanto sujeitos sociais, repletos de memórias, culturas e necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todos os argumentos apresentados até aqui, torna-se perceptível que no processo de ensino/aprendizagem atual, deve-se criar possibilidades para produção não apenas de conhecimentos científicos, mas também de aprendizagens socialmente relevantes

que atuem no desenvolvimento crítico dos discentes os ajudando a serem cidadãos conscientes de parte de seus direitos e deveres.

Dentre esses conhecimentos socialmente relevantes, citamos o tema patrimônios, visto que os mesmos são de fundamental importância para nossa constituição enquanto sujeitos, repletos de memórias (histórico), culturas (cultural) e necessidades (público) e, portanto, necessitam ser preservados, dando ênfase ao último, em especial o escolar.

Entretanto, esse espírito preservacionista deve ser estimulado pelos professores a partir do desenvolvimento de atividades que promovem a conscientização, visto que a mesma é um elemento imprescindível e que se mostra eficaz no desenvolver dessa tarefa.

Sendo assim, em suma, percebemos que é importante abordar o tema patrimônio em sala de aula, tendo em vista seu papel relevante em nossa constituição enquanto seres racionais repletos de memórias (histórico), culturas (cultural) e necessidades (público), além disso, essa prática estará fornecendo ao docente subsídios para trabalhar e tentar desenvolver o lado crítico de seus discentes, os ajudando a serem cidadãos participativos e ativos nas questões sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares Nacionais: Temas transversais**. 1998.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares Nacionais: Língua portuguesa**. 1998.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília: 2004. (Caderno 1).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. **Progestão: Como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola? Módulo VII**. Brasília: Consed, 2001. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/documentos/certificacao-ocupacional/05_progestao/modulo_07.pdf>. Acesso em: 13, Nov. 2017.

GARCIA, Mônica Nicida. **Patrimônio Público**. 2006. Disponível em:

<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tikiindex.php?page=Patrim%C3%B4nio%20C3%bablico>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

PINHEIRO, Adriana Gonçalves. **Patrimônio Público Escolar**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/patrimonio-publico-escolar-4686510.html>>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

TORRES, Sueli. **Uma Função Social da Escola**. Disponível em: <http://www.fundacaoromi.org.br/fundacao/nei/projetos.php?p=enc_educ&id_sub=1> Acesso em: 13 de Nov. 2017.

